

Administração Pública e Gestão Social ISSN: 2175-5787 apgs@ufv.br Universidade Federal de Viçosa Brasil

Editorial

Brunozi Junior, Antonio Carlos

Editorial

Administração Pública e Gestão Social, vol. 13, núm. 1, 2021

Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351564966011



Este trabalho está sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-NãoDerivados 3.0 Internacional.



Editorial

Editorial

Antonio Carlos Brunozi Junior Universidade Federal de Viçosa, Brasil acbrunozi@yahoo.com.br

Redalyc: https://www.redalyc.org/articulo.oa? id=351564966011

CAROS(AS) LEITORES(AS),

Bom ano de 2021! Esse é o desejo da APGS. Espero que nestes novos 365 dias tenhamos melhores perspectivas e boas notícias depois de um 2020 muito difícil. Porém, não posso deixar de mencionar que apesar dessas dificuldades no ano passado, um acontecimento foi marcante: a importância da ciência. Sem ela, não teríamos a vacina em tempo recorde. Sem ela, não teríamos técnicas e soluções para as empresas amenizarem seus problemas financeiros. Por sua vez, sem ela, não teríamos caminhos para uma adequada administração, controle e gestão pública. Nesse último item, acredito que a APGS e os trabalhos elaborados pelos seus autores e aqui publicados foram fundamentais. Nada mais justo do que elogiar os esforços dos pesquisadores que publicaram e influenciaram, de alguma forma, a sociedade.

Para 2021, tal cenário de contribuições com pesquisas não será diferente. Agora apresento os estudos científicos dessa edição, que possuem variados assuntos e abordagens que serão importantes à administração, contabilidade e gestão pública.

O artigo 1, Comprometimento Organizacional: Estudo com Servidores Técnico-administrativos de Nível Superior da Universidade Federal de Viçosa, dos autores Francisco Escolástico Sobreira, Luciano Pereira Zille e Walmer Faroni, pautou-se em analisar o comprometimento organizacional de servidores técnico-administrativos em uma Instituição Federal de Ensino Superior. Com uma amostra de 195 respondentes, nos resultados houve apontamentos de que esse comprometimento é relacionado a três bases: afetiva, normativa e instrumental.

O artigo 2, Taxa Interna de Retorno dos Regimes de Previdência Social no Brasil: Uma Análise das Reformas de 1988 a 2018, dos autores André Rodrigues Pereira e Carlos Heitor D'Avila Pereira Campani, investigou a influência de reformas previdenciárias, de 1988 até a PEC n. 287/2016, no custo previdenciário individual e na convergência entre os regimes previdenciários geral e próprio. Por meio da Taxa Interna de Retorno (TIR), notou-se que as TIR 's mais elevadas ocorrem para benefícios baixos e que o sistema possui características de progressividade.

O artigo 3, Características Políticas e Eleitorais e o Efeito no Endividamento dos Estados Brasileiros, dos autores Juliano Francisco Baldissera e Maria Piedade Araújo, trouxe discussões sobre a influência do ano eleitoral, mudança de gestor público e mandato eleitoral sobre o endividamento dos estados brasileiros. Nos resultados, percebeu-se que a variação do endividamento em função dos ciclos políticos pode demonstrar um esforço dos políticos em demonstrarem compromisso com a gestão econômica e responsável e, com isso, buscar apoio eleitoral.

O artigo 4, Produção científica sobre empreendedorismo social e construção de uma agenda para pesquisas futuras: um Estudo Bibliométrico na base Web of Science (1994-2018), dos autores André Spuri Garcia, Olívia Carolina de Resende Ribeiro, Daniela Meirelles Andrade e João Paulo Nascimento Silva, configurou-se como um estudo para a evidenciação da literatura internacional sobre o empreendedorismo social, bem como propôs agendas futuras de pesquisas. Nos resultados, percebeu-se o vasto campo e a incipiência de investigações na temática.



O artigo 5, Decompondo a Transparência das Organizações Públicas: Uma Proposta de Classificação em Três Camadas, dos autores Francisco Ítalo Lopes França e Marina Figueiredo Moreira, propôs um modelo teórico explicativo da transparência pública em nível organizacional. Para os autores, a transparência pode ser compreendida em três camadas, a saber: dos registros, das ações e das intenções.

O artigo 6, Eficiência e produtividade nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil, dos autores Paulo Henrique Nobre Parente, Camila Carol de Maria, Rogério Severiano Dutra e Edilson Paulo, investigou a eficiência e produtividade de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em uma amostra de 38 instituições, houve a constatação de que tanto a eficiência como a produtividade foram crescentes ao longo dos anos analisados.

O artigo 7, Determinantes da Decisão de Aposentadoria no Serviço Público, dos autores Paula Karlleyne Queiroz Oliveira, Alexandre Nascimento de Almeida e André Nunes, discorreu sobre fatores do indivíduo, profissionais e legais e suas relações com a decisão de aposentadoria no serviço público. Dentre os resultados, a exemplo, notou-se que servidoras têm perfis mais inclinados a continuar trabalhando mesmo após o direito de aposentadoria.

O artigo 8, Tools, methods, and some caveats to analyze the Brazilian Judiciary Performance data, dos autores Alamir Costa Louro, Helio Zanquetto-Filho, Washington Romão Santos e Marcelo Moll Brandão, possui conteúdos sobre os antecedentes do desempenho do judiciário no Brasil, baseando-se no modelo de Dimitrova-Grajzl, Grajzl, Sustersic e Zajc (2012) sobre os tribunais eslovenos. Os achados são ratificadores para as relações entre força de trabalho e produtividade no desempenho do sistema de justiça nacional.

O artigo 9, *Popular Reporting* à Luz da Teoria da Comunicação: Um Ensaio Teórico, das autoras Juliana Daniela Rodrigues, Gabriela Dias e Sandra Belloli de Vargas, explorou a temática *popular reporting*, em um ensaio, sob a abordagem da Teoria da Comunicação. Houve a percepção da necessidade de comunicação mais clara e compreensível dos relatos contábeis para a sociedade.

O artigo 10, Contextos da Política de Águas e Novas Abordagens pela Perspectivadas Reformas Administrativas no Brasil, dos autores Anderson Chaves da Silva e Odilanei Morais dos Santos, apresentou argumentos e resultados, considerando a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), de como as reformas, que buscaram o modelo gerencial na administração pública brasileira, estabeleceram variáveis e condicionantes à essa política de formas participativa e descentralizada.

Espero que apreciam essa edição. Boa leitura e esperamos suas contribuições na APGS. Saudações,

Antônio Brunozi.

